



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**30/05/2016**

# INDICE

---

1. JORNAL AQUI	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. JUÍZES.....	2 - 3
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. JUÍZES.....	4
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. ASSESSORIA.....	5 - 7
4.2. ESMAM.....	8
4.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	9
4.4. SERVIDOR PÚBLICO.....	10

▷ CONTRA A FILHA

## Homem idoso é preso sob acusação de abuso sexual

Um homem de 60 anos continua recolhido à Central de Custódia de Caxias, após ser preso, acusado de abuso sexual de sua própria filha de apenas 12 anos. Aristóteles de Oliveira foi preso por mandado da juíza Marcela Santana Lobo, da 5ª Vara, de Caxias. Ele

teria invadido, durante a madrugada, o quarto da filha, que acordou pelo pai estar praticando atos de libidinagem. Ele foi denunciado e teve sua prisão preventiva decretada, estando na Central de Custódia aguardando o pronunciamento da Justiça.

FOTOS/Divulgação



**A** juíza estadual Oriana Gomes foi uma das personalidades da magistratura maranhense homenageadas com a Medalha da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho da 16ª Região (TRT/MA). A solenidade de condecoração aconteceu no último dia 23, no auditório Juiz Ari Rocha, no prédio-sede do Tribunal, na Areinha

# Reforma Eleitoral será tema de reunião de trabalho entre juízes

Magistrados e promotores envolvidos com o processo eleitoral tratarão das novas regras eleitorais estabelecidas com a reforma para o pleito de 2016

Arquivo



Membros do TRE vão discutir com promotores e juízes as alterações nas regras eleitorais em 2016

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) reunirá hoje juízes e promotores eleitorais, para discutir as principais alterações promovidas pela Reforma Eleitoral 2015.

Serão abordados temas que promoveram importantes alterações nas regras das eleições deste ano ao introduzir mudanças nas leis

9.504/97 (Eleições), 9.096/95 (Partidos Políticos) e 4.437/65 (Código Eleitoral) e, ainda, sobre as mudanças que foram geradas nos prazos e períodos atinentes às fases que envolvem o processo.

Com a reunião, o TRE-MA contribui para o aperfeiçoamento do processo eleitoral por meio da capacitação e atualização de magistrados e

promotores na área do Direito Eleitoral, tendo por foco a excelência das atividades desenvolvidas durante as Eleições Municipais de 2016, orientando-os sobre mudanças que impactarão no trabalho e atuação deles profissionalmente.

O evento ocorrerá no auditório central da Reitoria da UFMA, das 9h às 12h e das 14h às 18h. ●

## PROGRAMAÇÃO

**9h30 - abertura;**  
10h - palestra do advogado Djalma Pinto (ex-procurador Geral do Estado do Ceará, professor e autor de obras eleitorais) sobre ficha limpa e a proteção da probidade no exercício do mandato;  
11h - palestra do membro efetivo Daniel Leite (TRE-MA) sobre as leis 13.165/15 e 12.891/13 e as implicações no sistema eleitoral;  
14h - reunião do desembargador Raimundo Barros (corregedor do TRE-MA) com os juízes eleitorais;  
14h30 - palestra da vice-governadora Margarete de Castro Coelho (Piauí) sobre Ação de Impugnação de Mandato Eletivo;  
15h30 - palestra do ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto (TSE) abordando registro de candidaturas;  
16h30 - palestra do ministro Henrique Neves da Silva (TSE) acerca de propaganda eleitoral com ênfase em internet e redes sociais;  
17h30 - entrega de Medalhas aos ministros, seguido de coquetel.  
Com informações da Assessoria de Comunicação do TRE-MA



**Márlon Reis** @marlonreis · 58 min

Os idiotas que implantaram a ditadura expulsaram Raul Seixas do Brasil por causa da Sociedade Alternativa. Pena que não dá para rir.

# Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



## Escalada da violência

Os crimes de grande repercussão que causam indignação na sociedade – a exemplo do caso da adolescente que foi dopada e estuprada numa favela por 30 homens, no Rio de Janeiro – mostram um lado bárbaro do país e trazem à tona novamente a discussão sobre as bases jurídicas do enfrentamento da violência e da criminalidade.

Reformas na legislação penal, alterações do processo, propostas de recrudescimento das penas e sugestões para agilizar o julgamento de criminosos surgem novamente como possíveis soluções para as mazelas causadas pela escalada do crime no país.

É sempre assim. A cada crime que provoca o clamor popular, políticos demagogos defendem tratamento rígido à criminalidade e pedem mudanças na legislação penal para reduzir os índices alarmantes de violência, embora saibamos que isso não vai resolver o problema se o Estado continuar ausente na garantia dos direitos básicos do cidadão.

Não se combate criminalidade apenas com processo penal e com direito penal. A questão não é só alterar a lei penal e a lei processual penal. É preciso também combater as causas da criminalidade.

Infelizmente, nossos governantes ignoram isso e nos momentos de revolta popular usam os meios de comunicação para propor leis inconsistentes que agradem à opinião pública. Passado o clamor ou ante uma crise em outra área as movimentações arrefecem, mostrando que discursar para atender tão somente holofotes é desastroso.

Fazer a população acreditar que a violência é sinônimo de falta de legislação penal é um ardiloso meio de controle social, que afronta diretamente a Constituição Federal.

No Brasil – onde uma mulher é estuprada a cada dez minutos – busca-se cuidar dos efeitos e não das causas do problema. Guiados por um discurso irracional, nossos governantes apontam apenas o rigor da norma penal para a solução da criminalidade, tratando a questão de forma superficial, sem propostas estruturantes, que representem, de fato, mudanças concretas.

Temos que ser realistas. Sem a implementação de políticas públicas anteriores às políticas do direito penal, a questão da criminalidade nunca será resolvida no país. A questão não se trata apenas de um problema de Polícia. É um problema de políticas públicas, de inserção.

Como perderam a capacidade de gerenciar os conflitos sociais e não têm nada a oferecer em termos de segurança para a população, nossos governantes procuram iludir a sociedade, adotando uma política do pão e circo, com ações inócuas e ineficientes para debelar os problemas.

Seus manifestos contra a violência são meras cortinas de fumaça. Eles não agem com boa fé e têm plena consciência dos males que seus discursos causam ao apresentarem soluções milagrosas e fáceis para problemas extremamente complexos.

A toda hora se anuncia novas medidas de combate ao crime, que em pouco tempo se mostram ineficazes. Isso ocorre porque o Governo não combate seus defeitos no tratamento da criminalidade no país.

É uma incoerência o Governo querer oferecer soluções para o problema da criminalidade, quando ele próprio não cumpre a sua obrigação fundamental de investir em educação, que é única solução verdadeira para mudar a mentalidade das pessoas.



É uma incoerência o Governo querer oferecer soluções para o problema da criminalidade, quando ele próprio não cumpre a sua obrigação fundamental de investir em educação, que é única solução verdadeira para mudar a mentalidade das pessoas.

É por isso que o país convive com uma criminalidade exacerbada e é dominado pelo “submundo” da ilegalidade. O Estado Brasileiro tem se mostrado ineficiente para debelar essa afligente problemática, uma vez que suas ações são frágeis e não atingem os reais objetivos.

Enquanto isso, as pessoas vivem acuadas, presas por grades, cercas elétricas, alarmes, nas suas próprias residências, assistindo atônitas as ações miraculosas do Governo que quase sempre restam inócuas.

Por mais diligente que seja, a Polícia – em virtude da falta de estrutura e contingente adequado – não pode ser a única culpada pelo problema, até por não é onipotente e onipresente para estar em todos os lugares.

O combate à escalada da violência só é possível com três ingredientes fundamentais: inteligência, tecnologia e vontade política. Segurança não pode ser colocada em primeiro plano apenas quando ocorrências pontuais despertam a atenção da opinião pública.

O Governo não pode continuar trabalhando de forma reativa, só se movimentando quando surge o problema. A sociedade brada por soluções na questão da criminalidade. Não com fórmulas milagrosas ou modelos mágicos de combate à violência, mas com ações de resultados duradouros.

---

### **Efeitos devastadores (1)**

A pobreza, precariedade de condições de vida e desigualdade social costumam ser apontados como possíveis causas para a escalada da violência no Brasil. O nível de escolaridade é um fator determinante para identificar os grupos mais suscetíveis às mortes por homicídio. Um jovem de 21 anos, idade de pico das mortes por homicídios, e com menos de sete anos de estudo tem 16,9 vezes mais chances de ter uma morte violenta do que aquele que chega ao ensino superior.

### **Efeitos devastadores (2)**

Os efeitos da violência sobre a sociedade são devastadores. A dor, o sofrimento e as sequelas psicológicas deixadas nos parentes e amigos de vítimas são incalculáveis. A evolução da violência no Brasil ocorreu de forma rápida. Ela não está mais restrita aos grandes centros urbanos e se alastrou pelo interior e por pequenas cidades, deixando um rastro de destruição de vidas. Os dados da violência no país mostram a falta de perspectiva principalmente da população jovem. A situação socioeconômica é outro fator determinante para o risco de morte.



**Um parceiro da ESMAM** – O diretor da Escola da Magistratura do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, ao lado do novo ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Fábio Medina Osório, que em março deste ano esteve em São Luís ministrando palestra no Seminário de Improbidade e Crimes contra a Administração Pública, ocasião em que elogiou a estrutura da ESMAM. Advogado e professor, o novo ministro da AGU é ex-promotor de Justiça do Rio Grande do Sul, com especialização em leis sobre combate à corrupção. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do RS, é mestre em Direito pela mesma instituição e doutor pela Universidad Complutense de Madri (Espanha). Com vários livros publicados sobre improbidade administrativa, sendo especialista no tema, preside atualmente o Instituto Internacional de Estudos de Direito do Estado (IIEDE), que reúne catedráticos da Espanha e outras regiões, organizando eventos em parceria com outras entidades, instituições e empresas.



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Pregão Eletrônico nº 30/2016

Processo nº 11.052/2016

**Objeto:** Registro de Preço para contratação de empresa para prestação de serviços continuados de cuidador, cozinheiro e lavadeiro, nas unidades administrativas e jurisdicionais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (Casa da Criança, Casa Abrigo e Creche Judith Pacheco);

**Abertura:** 30/06/2016, às 10:00 horas (horário de Brasília); **Local:** Site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, à Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190; **Email:** [divcontratos@tjma.jus.br](mailto:divcontratos@tjma.jus.br). **Fone:** 98 3261 6181. São Luís/MA, 23 de maio de 2016. **Thiago Chung de Farias** – Pregoeiro.

## **Servidores do TJMA participam de capacitação sobre sustentabilidade na administração pública**

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) dá início, nesta segunda-feira (30) – no auditório da sede da Corte, das 8 às 12h e das 14 às 18h – o curso “Sustentabilidade na Administração Pública”, destinado a servidores do Judiciário maranhense. O curso é promovido pela Escola Superior da Magistratura (Esmam), com a coordenação do Núcleo Socioambiental do TJMA.

O objetivo é abordar a política de sustentabilidade no setor público e formar multiplicadores no processo de efetivação do Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal. Alinhado à Resolução nº 201 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o plano é desenvolvido pelo Núcleo Socioambiental, integrado pelo desembargador Jorge Rachid, o juiz auxiliar da Presidência, Júlio Prazeres, e servidores.